

**CONSIDERAÇÕES  
PARA UMA CONCEITUALIZAÇÃO DE DIALETO:  
PERSPECTIVAS COMPARADAS**

*Leonardo Samu (UERJ)*  
[leonsamu@gmail.com](mailto:leonsamu@gmail.com)

Nas investigações científicas referentes ao estudo das línguas, é comum o termo dialeto figurar nos textos e nos discursos daqueles que tratam sobre o tema ou mesmo o utiliza como informação pertinente para o desenvolvimento de outros assuntos ligados à área da linguística. Seja na bibliografia, nas aulas específicas de letras ou nas áreas afins, o termo dialeto aparece sempre com significados dos mais variados, expressão de uma pluralidade que representa uma múltipla possibilidade de usos, ocasionando, inclusive, dificuldade na compreensão de um significado base, primário (se é que ele realmente existe). Especificamente no material bibliográfico das letras, nota-se uma variedade de significados no termo dialeto, uma verdadeira expressão polissêmica do vocábulo em questão. É possível, ao perguntar a vários mestres ligados à ciência linguística, encontrar uma diversidade de significações do termo, por vezes convergentes e, em alguns casos, divergentes entre si.

Se as significações do termo refletem uma pluralidade de sentidos aos mais dedicados ao assunto, é possível encontrar ainda as dissensões provocadas quando o termo é aplicado no uso corrente, comum, sem o menor rigor científico. Muitas vezes, alguns autores, munidos de uma pseudociência, fazem uso do vocábulo sem muita precisão no sentido. Tais fatos até aqui apresentados se justificam graças à incompreensão do termo no meio científico como no senso comum? Ou estamos tratando de um vocábulo com uma imensidão de significados, o que justificaria uma diversidade de usos na história do termo?

Para iniciar nossas reflexões, devemos ter em vista que, desde o século XIX, quando o termo se torna vulgar nos meios acadêmicos, nunca houve uma definição unívoca capaz de precisar a sua significação. Isto levaria a crer que, desde os primórdios e historicamente, sempre a noção plural de sentidos se fez presente no conceito de dialeto. Entretanto, a nosso ver, existe um ponto de partida que deve ser referenciado quando evocamos o termo para expressar um significado. E, para este fim, buscase uma comparação dos sentidos empregados em autores dos mais diferentes níveis de envolvimento com a área da linguística.

Etimologicamente, o termo dialeto apresenta um caráter plural. Proveniente do grego, na forma de *diálektos*, já nesta língua o sentido poderia ser de *linguagem, idioma, língua* ou *conversaço*, valores estes que justificariam, nos dias de hoje, a permanência de uma gama de possibilidades em sua utilização. Do grego, o vocábulo chega ao latim com a forma *dialectus*, mantendo as múltiplas significações originais da língua grega. No português, o termo figura desde o século XVII, vindo através do francês *dialecte*. Na definição de Antônio Geraldo Cunha, proposta em seu *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, encontra-se “variedade de uma língua que surge de peculiaridades locais.” Além da discrepância em relação ao sentido original do grego, percebe-se a superficialidade da definição, pois, tratando-se de variedade, impõe-se refletir sobre as mais diversas variações nos mais diferentes níveis (diatópicas, diafásicas e diastráticas). Estaria o autor referindo-se somente ao aspecto diatópico, ou seja, espacial? Nesta perspectiva, dialeto poderia significar as heranças de “peculiaridade locais”. E o que são tais peculiaridades? Substratos?

Em uma tentativa provisória de resposta, poder-se-ia julgar que, para Antônio Geraldo Cunha, dialeto estaria relacionado ao momento em que uma língua, utilizada em regiões das mais diferenciadas de um mesmo território, absorveria os matizes característicos da terra, por excelência, diatópicos. Para este fim, o exemplo do Brasil é bastante característico. O português, instalado em um território geograficamente definido (Brasil), vigora como língua oficial (aspecto político). A sua utilização, nas mais diversificadas regiões do país, proporcionaria heranças próprias de cada chão, expressão da natureza territorial que se fixaria no português regional. Esta possibilidade de interpretação do termo encontra voz em uma passagem do grande mestre Saussure, em seu *Curso de Linguística Geral*, ao declarar que “...existem tantos dialetos quanto localidades” (SAUSSURE, 2008, p. 233). A nosso ver, há um equívoco nesta possibilidade de compreender o termo. As variedades diatópicas, tão naturais na história das línguas, caracterizam que as línguas variam em níveis territoriais. Os elementos diatópicos presentes na língua não caracterizam a formação de um dialeto, mas sim a um processo de dialeção, ou seja, de mudança na língua. Observa-se a necessidade de estabelecer um limiar entre dialeto e dialeção, algo que tentaremos elucidar posteriormente.

O conceito de dialeto, compreendido como uma diferenciação de uma língua local em outras, pode ser verificado no famoso intelectual e poliglota norte-americano Charles Berlitz, homem de notável cultura, po-

rém de duvidoso conhecimento de linguística. Em sua obra denominada *As Línguas do Mundo*, o referido autor sugere, em determinada passagem, que dialeto seria uma língua formada a partir de outra língua representante de um território. Segundo ele, “A Bélgica é um país dividido pela língua. Metade de seus habitantes, os valões (wallons), vive no oeste e fala francês. A outra metade, os flamengos (flamands), vive no leste e fala flamengo (vlaans), dialeto do holandês.” (BERLITZ, 1988, p. 85). Ao considerar o flamengo dialeto do holandês, há necessidade de se estabelecer um critério bastante definido. Seria dialeto somente por que se tratar de uma língua diversa daquela oficial, com alguns elementos “nacionais”? Ou seria dialeto pelo simples fato de ser uma língua conflitante com o modelo politicamente aceito? Para nós, seria um equívoco assumir tal posição. Como exemplo, poderíamos utilizar as relações estabelecidas entre o português no Brasil e as línguas indígenas também brasileiras. Estas, bem anteriores à chegada do dominador português, serviam de veículo de comunicação nas mais diferentes partes do país (mesmo sem existir ainda o país). Com o domínio de Portugal, passa o português a ser considerado língua oficial, de prestígio. Somente pelo fato do português ser a língua legitimada, todas as outras seriam dialetos? Veja o leitor que, para este fim, a consideração estaria voltada ao fato de, dentro de uma unidade política estabelecida, todas as outras línguas coexistentes no mesmo território serem consideradas dialeto pelo fato de não gozar de prestígio em relação à língua politicamente aceita.

Paras as considerações até aqui evocadas, acrescentamos a voz do grande mestre Celso Cunha que, ao definir o termo em sua *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, expressa a seguinte posição:

As formas características que uma língua assume regionalmente denominam-se dialetos. Alguns linguistas, porém, distinguem, entre as variedades diatópicas, o falar do dialeto. Dialeto seria “um sistema de sinais desgarrado de uma língua comum, viva ou desaparecida; normalmente, com uma concreta delimitação geográfica, mas sem uma forte diferenciação diante dos outros da mesma origem”. De modo secundário, poder-se-iam também chamar dialetos “as estruturas linguísticas simultâneas de outra, que não alcançam a categoria de língua”. (CUNHA & CINTRA, 2007, p. 4)

Percebe-se, na definição proposta, uma dualidade no conceito, o que sugere uma carência de precisão. Ao autor, restou descrever as possibilidades de compreensão do termo em seu tempo, sem tomar uma direção objetiva e conclusiva quanto ao vocábulo em questão. Desta forma, poderíamos assumir, em resumo, dialeto como as variantes territoriais de uma língua oficial ou como todas as línguas que coexistem em um mes-

mo território, mas sem o prestígio do idioma oficial (legitimado pela sociedade organizada).

Visão semelhante pode ser verificada no posicionamento de Ernesto Carneiro Ribeiro, em sua obra intitulada *Serões Grammaticaes*. Para ele,

Dialectos são as variantes de um mesmo typo de linguas. Modificando-se no tempo e no espaço, uma mesma lingua apresenta formas distintas, conforme as circumscripções territoriaes, em que se falla, e constitue assim diversas outras linguas ou dialetos. A essas formas dá-se o nome de linguas, quando se consideram independentemente; quando, porém, se reputam variantes de um mesmo typo, recebem a denominação de dialectos. (RIBEIRO, 1956, p. 236)

Há, como se vê, verdadeira soma de ideias que contribuíram ainda mais para a (in)compreensão do termo. O autor acrescenta a variedade temporal também como fator responsável pela formação de um dialeto. A definição se torna ainda mais confusa quando o autor tenta estabelecer um diferencial entre língua e dialeto, algo complexo para solucionar o problema conceitual do termo em questão. Assim, após este primeiro levantamento, preferimos considerar que estas possibilidades de definição ainda não caracterizam o conceito trabalhado.

Na história do pensamento linguístico referente ao termo dialeto, é comum a Itália figurar como referência nas exemplificações do termo. É provável, inclusive, que, ao conceituar dialeto, Ernesto Carneiro Ribeiro tenha se baseado no modelo linguístico da Itália, país de multiplicidade de falares (línguas). Em Carolina de Michaëlis de Vasconcelos, na clássica obra *Lições de Filologia Portuguesa*, esta visão é bastante clara: “Passando à Itália, mencionarei em primeiro lugar aquêlo dos seus dialectos que alguns especialistas tratam também de língua: o da Sardenha (e da Córsega), o sardo.” (RIBEIRO, 1956, p. 201)

Historicamente a Itália não só pertenceu a Roma, que foi a sua sede. Isto significou, desde os tempos mais remotos do antigo Império Romano, uma presença marcante do latim na Península Itálica. Entretanto, após fundado o império, não tardou para que os romanos saíssem de seu território à demanda de novos horizontes (*urbi et orbi*). Nesta dilatação agrária, coube à Sardenha figurar como um dos primeiros territórios ocupados, ainda no séc. III a.C. Quando da entrada romana não só neste território, como também nas mais diversas províncias conquistadas até o séc. II d.C., o latim figurava como veículo de comunicação, língua do império que, por muitas vezes, representava todo o esplendor de civilida-

de do mundo romano. Para as populações subjogadas por Roma, falar latim era sinônimo de grandeza, um tornar-se romano com toda a pompa presente na língua. Tomando o latim como veículo de comunicação, os conquistados do império homeopaticamente passavam a falar o latim a sua maneira, ao seu modo, com todas as heranças linguísticas de seu idioma natal. E, com a continuidade do processo de expansão territorial, mais províncias eram anexadas e, conseqüentemente, mais elementos linguísticos dos povos vencidos eram fixados no idioma romano. Desta forma, o latim se tornava mais diferenciado diatopicamente, produto de um império que alargava ainda mais suas fronteiras. Junto ao aspecto diatópico, tivemos ainda as variações diafásicas e diastráticas que, em conjunto, figura como referência na conceituação do chamado latim vulgar.

O latim, levado aos mais diversos campos do antigo domínio de Roma, fixou-se nos diversos cantões, por exemplo, da atual Itália. Esta visão pode ser notada em Carolina Michaëlis de Vasconcelos, na passagem já citada: “Passando à Itália, mencionarei em primeiro lugar aquele dos seus dialectos que alguns especialistas tratam também de língua: o da Sardenha (e da Córsega), o sardo.” (VASCONCELOS, [s.d.], p. 201).

Uma vez implantado, pode continuar seu processo evolutivo (de-ri-va), formando, sobretudo após o fim do império, quando a atuação das forças centrífugas vigoraram em relação às forças centrípetas, novos falares, já diferentes do latim. A este processo denominamos de dialeção. Na história do pensamento linguístico, é comum denominar tais falares como dialetos, porém com uma carga pejorativa. Esta visão pode ser notada já que o conceito se associa a um estágio anterior à língua. Para muitos autores, dialeto estaria em um degrau abaixo do patamar de uma língua. O critério para esta separação estaria no fato da língua possuir escrita, enquanto no dialeto não seria possível encontrá-la. Nos estudos românicos, esta visão pode ser encontrada também em Vasconcelos, ao falar sobre as línguas formadas enquanto produto da expansão do antigo Império Romano:

Vários outros idiomas merecem o nome de línguas românicas e são de grande importância para os estudos comparativos, embora, com a grande variedade de dialectos, só de há pouco para cá tendam a criar uma língua unitária, e literatura escrita. (VASCONCELOS, [s.d.], p. 9)

Para a referida autora, após a dialeção do latim vulgar nas línguas neolatinas, teria havido, até em seu tempo, a formação de línguas e dialetos. Para aquele, entende-se como um sistema de comunicação dota-

do de escrita, com literatura, fruto de uma sociedade que, ao desenvolver-se, sentiu necessidade de um sistema gráfico para registrar sua história, sua rotina, seus documentos, enfim, sua vida organizada. Para este, entende-se como um sistema linguístico que não possui formas gráficas. Para o estudioso da época, possuir escrita era sinônimo de maior civilidade, fruto de uma sociedade “desenvolvida”. Esta visão pode também ser verificada na seguinte passagem de Saussure:

Abandonada a si mesma, a língua conhece apenas dialetos, nenhum dos quais se impõe aos demais, pelo que ela está destinada a um fracionamento indefinido. Mas, com a civilização, ao se desenvolver, multiplica as comunicações, escolhe-se, por uma espécie de convenção tácita, um dos dialetos existentes para dele fazer o veículo de tudo quanto interesse à nação no seu conjunto. Os motivos de tal escolha são diversos: uma vez se dá preferência ao dialeto da região onde a civilização é mais avançada, outras ao da província que tem a hegemonia política e onde está sediado o poder central; outras, é um corte que impõe seu falar à nação. Uma vez promovido à condição de língua oficial e comum, raramente permanece o dialeto privilegiado o que era antes. Nele se misturam elementos dialetais de outras regiões... (SAUSSURE, 2008, p. 226)

Percebe-se, na visão proposta pelo autor, um aspecto extremamente relevante que deve ser levado em consideração ao conceituar dialeto: o aspecto político. Fazendo uso da clássica exemplificação italiana, podemos conceber o problema da seguinte forma: Tendo recebido a herança linguística de Roma, com o latim implantado nos mais diferentes cantos da Península Itálica, a Itália, após a queda do império, viu brotar uma infinidade de falares (línguas) em todo o seu território, todas provenientes do latim. Neste momento, eram línguas de comunicação somente oral, já que seus mais diferentes falantes, quando sabiam e desejavam escrever, no geral utilizavam o latim (clássico/escrito). Entretanto, em algumas comunidades, despertou-se o interesse de se registrar não mais em latim, mas sim nas suas respectivas línguas nacionais. Em alguns casos, não somente uma escrita de teor comunicativo, mas artístico (Literatura). Este é o caso de Dante Alighieri. Nascido no século XIII, em Florença, uma das múltiplas regiões outrora colonizada e pertencente a Roma, não tardou para que este autor produzisse uma obra em língua local, conhecida por *La Divina Commedia*. Colocando a parte o seu valor literário, encontramos o valor linguístico na obra em questão. Fruto de uma profunda temática de dimensão artística, destacou-se por constituir um alto referencial em língua florentina, o que favoreceria a este idioma uma condição mais “elevada”. Na realidade, não seria o florentino uma língua elevada, mas sim a sua população supostamente mais refinada por possuir, em sua cultura, uma produção literária mais sofisticada. Destacando-se

entre tantos outros dialetos presentes na península itálica, não tardou para que o florentino fosse elevado à condição de língua nacional, considerado mais digno de representar a sociedade italiana unificada, algo que efetivamente só acontecerá na primeira metade do séc. XX. Esta visão se verifica em Vasconcelos, ao considerar que “O italiano, falado em toda a península apenínica e na Sicília – instrumento de uma literatura riquíssima e muito valiosa – é notável pela abundância de dialectos em que já estava dividido no ano mil.” (VASCONCELOS, [s.d.], p. 201)

Escolhendo o florentino como base para a língua italiana, todos os outros falares passam a ser considerados dialetos, com um peso ainda mais pejorativo, algo como se tais línguas, por não terem alcançado o grau de uma “língua”, precisassem ser nominadas com uma terminologia capaz de expressar seu valor negativo. Para este fim, na visão de muitos autores, o termo dialeto seria o mais apropriado, utilizado não só no âmbito da Itália, mas também no universo românico, como se vê nas considerações de Vasconcelos. Segundo ela,

Os nomes nacionais que hoje damos às línguas dos diversos povos românicos – francês à língua da França do Norte, provençal à da França do Sul, italiano à da península apenínica, português e castelhano às da península pirenaica, rumeno à da bacia danúbica da península balcânica, não podem existir no princípio. Em nenhum desses países houve logo uma única linguagem literária. Havia em todos eles mais ou menos dialectos, com numerosas variedades – sobretudo na Itália e na França. Cada autor servia-se da sua parladura natural, isto é, da do lugar ou da paisagem em que nascera e se criara. (VASCONCELOS, [s.d.], p. 195)

Esta visão pode também ser encontrada em Ernesto Carneiro Ribeiro, ratificando o pensamento proposto anteriormente:

Em sua marcha evolutiva pôde um dialecto avantajarse aos dialectos congeneres e affins com que entra em concorrência, os quaes, desmedrando e desfallecendo, passam então a ser modos especiaes de fallar tosco e grosseiro, limitados aos habitantes de uma provincia, dialectos puramente fallados e não escriptos, sem litteratura, que lhes guarde e perpetúe as formas. (RIBEIRO, 1956, p. 236)

Nos estudos filológicos, especificamente voltados ao universo românico, o termo dialeto pode referir-se aos falares latinos desenvolvidos após a queda de Roma. Na realidade, após o desaparecimento do império, nas antigas colônias romanas houve a formação dos chamados romances, *intermezzo* do latim vulgar e das línguas neolatinas, um conjunto de línguas que tinham em comum a herança latina. Antes da formação de literaturas nestas respectivas línguas, o termo adotado é dialeto, observando o critério de “ausência de literatura”. Esta concepção pode ser no-

tada em Vasconcelos, ao declarar que:

Havia, isso sim – ou antes, estabeleceu-se pouco a pouco uma designação geral, comum, não somente para os dialetos de cada país, mas para os de toda a România. Esse nome, indicador de que havia consciência de origem comum – era, pelo menos do século XII ao século XV, o substantivo romance, ou com desinência modificada: romanço. (VASCONCELOS, [s.d.], p. 195)

Esta noção de língua sem literatura ser considerada dialeto fica ainda mais nítida quando Carolina Michaëlis de Vasconcelos situa, por exemplo, o dalmático. Para a autora, trata-se de um dialeto, baseado no critério puramente literário. Segundo ela,

... na costa da Dalmácia, conservavam-se ainda há pouco restos de um dialeto particular, com documentos guardados em Ragusa, Veneza e na Serbo-Croácia. Bastante arcaico, conservava por exemplo a pronúncia do k latino antes de e i (v. g. em Kaira = cera). Um habitante da ilha de Veglia – Vegliote, portanto, (chamado Udina) – falecido em 1899, foi o último que soube o dalmata, dalmatino ou dalmácio. É por conseguinte um dialeto morto. (VASCONCELOS, [s.d.], p. 200)

A grande mudança para uma melhor compreensão do termo dialeto começou a ocorrer no fim do século XIX. Neste período, a Europa, palco das grandes reflexões teóricas e científicas, vivia ainda as influências proporcionadas pelo Romantismo, movimento de representação cultural que provocou também mudanças no pensamento científico. No referente ao estudo das línguas, havia uma preocupação com os falares que não possuíam literatura. Uma das propostas do movimento romântico fora exatamente a valorização da cultura popular, considerada a verdadeira marca do elemento nacional, da identidade. Desta forma, conhecer as variantes populares era sinônimo de legitimar o falar comum, desprovido das marcas literárias que condicionam a noção de língua culta.

Desde a criação da chamada filologia românica, fruto da filologia comparada, tornou-se também usual a investigação das línguas neolatinas em perspectiva comparada. Foi pioneiro Frederico Diez, tendo aplicado o método Histórico-comparativo, criado por Franz Bopp, para investigar as línguas neolatinas. Entretanto, neste primeiro momento, somente as línguas de tradição literária eram consideradas para suas investigações científicas. Somente na segunda metade do século XIX, a situação toma outro rumo. Meyer-Lübke, continuador da obra de Diez, ao dar prosseguimento aos estudos românicos, faz uso de material mais farto, incluindo a utilização de dialetos em suas conclusões. Nesta linha, entende-se que o dialeto era a forma linguística de comunicação sem presença de veículo literário. Para este investigador, interessava o elemento românico, inde-

pendente da existência ou não de literatura.

Ainda nos fins do século XIX, proveniente da Itália, país tão rico em experiência dialetal, surge a figura de Graziadio Isaia Ascoli, homem de profundo conhecimento clássico e criador do termo *glottologia*. Uma de suas participações na história do pensamento linguístico foi considerar os dialetos como língua, retirando toda a carga negativa do termo, apesar de ainda presente em algumas definições atuais. Na concepção dos estudos dialetais, as línguas vivas, incluindo os dialetos, podem fornecer dados mais significativos para a compreensão da história das línguas, diferente do pensamento instituído pelo Método Histórico-comparativo, que tinha como base somente as línguas documentas. Nesta perspectiva, língua e dialeto se aproximam, pois ambos se constituem como formas de interpretação da mente humana, veículo de comunicação dos mais diferentes povos.

Com a publicação do *Atlas Linguistique de La France*, de 1902 a 1912, pelo suíço Júlio Gilliéron, novas formas de investigação dos fenômenos linguísticos são instituídas. O trabalho consistiu em coletar informações sobre as heranças linguísticas de origem galo-românica, com um inquiridor *in loco*. À medida que as informações eram coletadas, eram enviadas a Gilliéron que, passo a passo, organizava os dados em cartas geográficas. A leitura de toda informação levantada pode favorecer compreensões significativas no campo de estudo da linguagem, bem como a legitimação de certas nomenclaturas. O termo *área* passa a designar a região pela qual se estende um fenômeno linguístico, enquanto *isoglossas* são as linhas que traçam os limites dos fenômenos. Com estas novas bases, foi possível aos pesquisadores entender que os fenômenos linguísticos não possuem áreas rígidas, demonstrando que os fatos nas línguas se cruzam, graças à mobilidade e diversidade das populações que utilizam línguas e variantes diferenciadas. Nesta perspectiva, as isoglossas são relativas, pois as fronteiras que dividem uma língua não são de total precisão. Hugo Ernst Mario Schuchardt, eminente linguista de origem germânica, trabalhou também com esta tese. Para ele, devido ao fato dos fenômenos linguísticos se propagarem como ondas que se atiram por todo um território, torna-se complexo estabelecer um preciso conceito de dialeto. É deste autor e de suas lições que advêm a teoria das ondas, voltadas à compreensão do cruzamento de falares em um dado território. A ebulição de todas estas teorias deixou como herança, na língua portuguesa, a presença dos termos *dialetal* e *dialetologia*, presentes desde o final do século XIX (1899).

A partir do século XX, as definições buscam um equilíbrio entre as novidades analíticas e terminológicas. O critério literário não é o mais significativo para definir com precisão a existência de um dialeto, vocábulo um tanto impreciso no atual domínio dos estudos linguísticos. Ao contrário, o termo *dialetação* possui maior pertinência, pois está diretamente relacionado ao desenvolvimento das línguas (evolução e/ou deriva). Mas, se uma língua sofre dialetação, o que essencialmente pode ser modificado?

Considerando que uma língua é formada por modalidades sistemáticas, veremos que será possível encontrar, em toda e qualquer língua (e até em dialetos), léxico (o conjunto de palavras), semântica (os significados), morfologia (os elementos mórficos mínimos), sintaxe (a estrutura) e fonética/fonologia (os sons), colocadas aqui como sinônimos. Nestas modalidades, notamos maior importância na morfologia e na sintaxe, pois, havendo mudanças aqui, poderemos ter inclusive a formação de uma nova língua (ou dialeto?). O léxico, a semântica e a fonética/fonologia compõem a parte mais flexível do sistema linguístico, o que não justificaria chamarmos de uma nova língua o fato de alguma destas modalidades sofrer alteração.

O problema, entretanto, não é tão simples assim. Os critérios adotados para considerar um conjunto de línguas como dialeto inclui também fatores extralinguísticos. Na definição proposta por Joaquim Matoso Câmara Jr., nota-se a preocupação em fundir alguns destes aspectos para extrair um conceito científico ao termo. Segundo ele,

Do ponto de vista puramente lingüístico, os dialetos são falares regionais que apresentam entre si coincidência de traços lingüísticos fundamentais. Cada dialeto não oferece, por sua vez, uma unidade absoluta em todo o território por que estende, e pode dividir-se em subdialetos, quando há divergência apreciável de traços lingüísticos secundários entre zonas desse território. A classificação dos dialetos e subdialetos de uma língua é, até certo ponto, convencional, pois depende dos traços lingüísticos escolhidos para base de classificação; são sempre preferidos traços fonológicos e morfológicos porque a fonologia e a morfologia são aspectos de uma língua mais estáveis, mais sistemáticos e mais característicos de sua fisionomia. Entretanto, ao conceito lingüístico se acrescenta em regra um conceito extralingüístico de ordem psíquica, social ou política, isto é – a) a existência de um sentimento lingüístico comum, como na Grécia antiga, onde o eólico, o dórico, o jônico e o ático eram sentidos como variantes de uma língua grega ideal; b) a existência de uma língua culta, superposta aos dialetos, que assim ficam limitados ao uso cotidiano, sem maior expressão cultural e literária; c) a subordinação política das respectivas regiões como partes de um estado político nacional. Quando se verificam essas condições extralingüísticas, mas não a coincidência dos traços lingüísticos essenciais, já não se têm dialetos, mas línguas distintas. (CAMARA JR.,

Na definição exposta, fica evidente a preocupação em abordar o problema sob a perspectiva política, linguística e literária. Se a análise do termo partisse de uma investigação sociológica (sociolinguística) ou funcionalista, talvez o conceito de dialeto simplesmente não existira, pois entender-se-ia que um dialeto é uma língua, instrumento da comunicação humana, independentemente de sua projeção artístico-literária. Especificamente, com o desenvolvimento da Sociolinguística, novos termos e novas propostas teóricas surgem à demanda de melhor conceituar o termo proposto. Palavras como *idioleto*, referente às variedades individuais de cada falante e *socioleto*, referente às variações particulares de grupos sociais, ajudam a compreender com mais precisão a utilização do termo dialeto.

Mas, após a apresentação de alguns autores e algumas conclusões, o que poderíamos afirmar como dialeto? Talvez, por uma via menos complexa, seria menos complexo precisar o que não é dialeto. Variações do português nos mais diferentes planos geográficos (tanto no Brasil como em Portugal ou em qualquer outro país lusófono) não caracterizam um dialeto, mas sim variações diatópicas. Se, nestas regiões, a diferenciação esteja de forma incisiva na sintaxe e na morfologia, poderíamos então afirmar que o processo de dialetação é intenso, o que já justificaria chamar de uma nova língua, com estruturas e elementos mórficos diferenciados. Se em determinada região existe uma forte presença de elementos lexicais diferenciados do modelo linguístico padrão (literário), podemos assegurar que não se trata de um dialeto, pois, como afirmado anteriormente, o léxico sozinho não determina a formação de um novo modelo linguístico. As formas individuais de utilizar uma língua também não asseguram uma “nova língua”, ou antes um dialeto, pois, para considerar a existência de uma língua, há necessidade de haver um grupo falante, reconhecedor de uma semelhança no falar estabelecido. Se o dialeto existe, mesmo tratando-se de uma terminologia pouco precisa, estaria relacionado à formação de línguas (dialetação) de um modelo instituído como forma legítima. Em termos de Brasil, seria como se o português implantado oficialmente e reconhecido legalmente (aspecto político) passasse a sofrer mutações significativas (na sintaxe e na morfologia) a ponto de, em cada região, a compreensão entre as populações ficar totalmente comprometida. A dificuldade seria saber se a formação destas “novas línguas” esteve associada somente à modificação do modelo instituído oficialmente (dialetação) ou se houve, neste processo, por exemplo, a intervenção de outros fatores. As heranças de outras falas provenientes de

regiões diferenciadas, ocasionadas pelo deslocamento de povos que chegam, contribuiriam no processo de modificação local, acentuando o processo de dialetação.

Como se vê, uma compreensão exata do problema exigiria uma maior quantidade de informações que, sistematizadas, poderiam auxiliar na melhor definição do termo, algo tão fundamental para, por exemplo, uma investigação referente aos problemas de política linguística de um país. No Brasil, por exemplo, compreender com exatidão o termo auxiliaria no levantamento dos múltiplos falares presentes em nosso território, em grande parte com características bastante longínquas de um dialeto, no sentido de língua diversificada com formas discrepantes do modelo oficial.

Para concluir, deixamos uma definição proposta por Eduardo Carlos Pereira em sua *Grammatica Histórica do Português*. Chama-nos a atenção o fato de tratar-se de uma obra publicada no início de século XX, porém com uma clareza bastante enfática para o período, com um conceito bastante seguro na investigação sistemática e comparativa do termo. Segundo ele,

Em geral chama-se dialecto a diferenciação regional de uma língua, e ao processo lento dessa diferenciação dá-se o nome de dialectação. Assim no decurso de 2.000 annos operou-se, na região occidental da península Iberica, a dialectação do latim em portuguez. O portuguez, pois, como o hespanhol, o francez e o italiano, são dialectos do latim. No seio, porém, do portuguez, tanto em Portugal como no Brasil, operam-se differenciações dialectaes, que são tanto mais rápidas, quanto menos intensa for a acção conservadora da litteratura. O conceito, porém, do dialeto é vago, pois difficil, senão impossivel, é determinar-se o quantum satis dessas differenciações lexicais e grammaticaes para se constituir o dialecto. Qualquer desvio do typo normal da língua, por insignificante que seja, ensina Whitney, é uma differenciação dialectal. Nesta linha geral, lançada por este illustre glottologo, ha uma concepção ampla e mais definida de dialecto, que consiste em chamar-se dialecto qualquer differenciação de linguagem no fallar de uma região ou de uma classe social. Deste ponto de vista, temos não só os dialectos continental, insulano e ultramarino, no seio do portuguez, mas ainda o dialecto literário, o dialecto popular, etc. Seja, porém, qual fôr o modo por que encaramos o conceito de dialecto, o movimento dialectal apresenta-se como a actividade ingenita da língua, e o dialecto como o ponto de confluencia da extrema mobilidade do lexico e das fórmulas grammaticaes. (PEREIRA, 1915, p. 192)

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERLITZ, Charles Frambach. *As línguas do mundo*. 4. ed. Rio de Janeiro:

ro: Nova Fronteira, 1988.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de linguística e gramática*. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

CUNHA, Celso Ferreira da; CINTRA, Luís Filipe Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2007.

ELIA, Sílvio. *Preparação à linguística românica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.

NASCENTES, Antenor. *O idioma nacional*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica histórica*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1915.

RIBEIRO, Ernesto Carneiro. *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*. Salvador: Liv. Progresso, 1956.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. 30. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis. *Lições de filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, [s./d.].

VIDOS, Benedek Elemer. *Manual de lingüística românica*. Trad.: José Pereira da Silva. Rev. técnica: Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Eduerj, 1996.